

Acesso à Justiça e os Desafios do Nosso Tempo

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro 2024

Apresentação

O surgimento, evolução e expansão do fenômeno do acesso à justiça, em suas dimensões locais e internacionais, a partir da explosão de litigiosidade verificada em diversos países, inclusive no Brasil, nos desafiam a refletir sobre as tensões que daí brotam num cenário de intensa judicialização da política e das relações sociais e de marcante ativismo judicial. Para além de tais tensões, há também, numa perspectiva não idealista do acesso à justiça e do garantismo processual, relevantes impactos causados por recortes étnico-raciais, de gênero e de classe, além de um crescente atravessamento do jurídico pelos movimentos sociais e de uma cada vez maior incidência de novas tecnologias e da inteligência artificial.

Ocorre que o processo não é um mero instrumento técnico, mas sim um sistema de garantias desenhado constitucionalmente para controlar o exercício do poder jurisdicional e que deve ser pensado em conjunto com o acesso à justiça. Tal constatação, que ainda demora a ser absorvida entre nós, problematiza a ideia de um juiz-filósofo dotado de amplos poderes e capaz de interpretar as leis de forma criativa, mesmo relativamente a temas sensíveis e controversos para a sociedade, tendo no horizonte as consequências de suas decisões, os anseios da coletividade e o ideal de bem comum. As repostas a tais problemas não são simples, mas os desafios foram aceitos pelos autores da presente coletânea, mestrandos e doutorandos da Universidade Federal Fluminense e associados da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ).

A obra que ora se apresenta está organizada em quatro grandes partes: acesso à justiça e direitos fundamentais; acesso à justiça, tecnologia e racismo; acesso à justiça e direito à saúde; e acesso à justiça e litígios estruturais.

Na primeira parte, Inês Andreiuolo e Joana Fernandes Machado analisam, a partir de um estudo de caso, a importância do papel do Ministério Público Estadual como *amicus curiae* nas ações diretas de inconstitucionalidade, dado o perfil constitucional da instituição, e propõem critérios objetivos para orientar esse ingresso; Guilherme Magalhães Martins, Guilherme Mucelin e Luana Mathias Souto se debruçam sobre as vulnerabilidades jurídicas e linguísticas no acesso à justiça, ocasionadas pela ausência de introdução de estudos relativos ao ordenamento jurídico e à compreensão do direito para a população em geral; Bernard dos Reis Alô, em análise de recorte histórico, rememora o espírito judiciarista que anima a Constituição de 1988 e a constitucionalização da Defensoria Pública, o que, nas décadas posteriores, embasou uma maior intervenção do sistema de justiça nas relações sociais e políticas; partindo de estudos das teorias feministas e do conceito de acesso à justiça para além da assistência judiciária, Isabela Maria dos Santos Kurtemback explora as experiências dos centros de referência em atendimento à mulher como ferramentas fundamentais de acesso à justiça na perspectiva de gênero, especificamente das mulheres vítimas de violência doméstica; Rogério Pacheco Alves e Felipe Ribeiro resgatam a história da justiça administrativa no Brasil e como, ainda hoje, tal modelo impacta o acesso à justiça em razão da persistência de prerrogativas processuais da Administração Pública em juízo, ancoradas na concepção do Estado como guardião do interesse público; já Fernando Gama de Miranda Netto examina a conexão entre Direito e Literatura a partir da obra de Franz Kafka, indagando como a literatura pode contribuir para o saber jurídico, especificamente para o Direito Processual, e que que lições podemos aprender com Kafka, na perspectiva das garantias processuais.

Na segunda parte da obra, que trata do acesso à justiça, tecnologia e racismo, Alexandre Silva de Souza confronta o garantismo processual e a utilização, cada vez maior, de vídeos e de tecnologias de imagem no processo penal, o que, se por um lado promove um maior protagonismo das partes no processo, por outro exige que as partes se alfabetizem nos usos dessa linguagem de forma a confirmarem esse protagonismo; Jordan Anthoni Rosa aponta os problemas do reconhecimento de imagem e do racismo algorítmico e como o uso da inteligência artificial vem se apresentando como uma possível evolução do caráter seletivo e punitivista que o Direito penal historicamente atribui às populações negras; Marcela do Amaral B. de Jesus Amado pontua que os racismos estrutural e institucional movimentam o sistema de Justiça brasileiro, embora reconheça a importância de algumas decisões do STF no combate ao racismo (por exemplo, o reconhecimento da imprescritibilidade da injúria racial, como espécie do crime racismo) e a centralidade do Judiciário no processo de superação da herança escravista; Plínio Lacerda Martins e Luana Esteche Nunes tensionam o uso da

inteligência artificial pelo Judiciário e seus impactos hermenêuticos no acesso à justiça, em especial para atividades de relatoria e julgamento de processos, ou seja, sua capacidade de interpretar, compreender e adaptar a norma ao caso conjugando valores, costumes e direitos fundamentais; Robert Lee Segal, tendo como pano de fundo o problema das assimetrias entre usuários habituais e usuários eventuais, analisa as implicações da implementação de um sistema digital no Poder Judiciário brasileiro, de acordo com parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e as possíveis barreiras de acesso à justiça uma vez que um elevado número de cidadãos ainda não possuem acesso livre à rede mundial de computadores ou sequer conhecem os meandros do próprio sistema judicial; Simone de Oliveira Souza e Renato Cerceau investigam o uso da inteligência artificial pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça e apresentam relatos exitosos de tal experiência, caracterizando os principais sistemas desenvolvidos.

A terceira parte reúne textos sobre um problema persistente entre nós, o acesso à justiça e o direito à saúde: Fabrícia da Fonseca Passos Bittencourt Ordacgy analisa a justiciabilidade do direito à saúde na Corte Interamericana de Direitos Humanos a partir da decisão do caso Poblete Vilches vs. Chile, mais especificamente os parâmetros, as orientações e os possíveis efeitos advindos do referido julgado; Márcio Santoro Rocha correlaciona o aumento da judicialização da saúde e a concessão e duração das patentes da indústria farmacêutica, explorando a hipótese de que a mudança ocorrida com o regramento jurídico das patentes, a partir do acordo TRIPS (década de 1990), contribuiu de forma determinante para a explosão que se seguiu de casos de judicialização da saúde; Mariana Boechat da Costa estuda o controle judicial nas demandas de fornecimento de medicamentos de alto custo, bem como o seu impacto nas políticas públicas de saúde, com ênfase na análise do Recurso Extraordinário nº 566.471, julgado, em 11 de março de 2020, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal; já Renato Cerceau e Alcidesio de Oliveira Junior exploram a verificação de cumprimento da sentença proferida no caso Daniel Ximenes Lopes vs. Brasil, a primeira condenação internacional do Estado Brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos, proferida há 15 anos, e apontam as dificuldades de cumprimento da decisão e a necessidade de aperfeiçoamentos na prática de acompanhamento e fiscalização para efetivo cumprimento das sentenças proferidas.

Finalmente, a quarta parte da obra se dedica à análise do acesso à justiça e das garantias processuais nos chamados processos estruturais: Michele Bruno Ribeiro, partindo das dificuldades inerentes aos litígios estruturais, se propõe a apresentar uma possibilidade de resolução desses litígios através do Tribunal Multiportas de Frank Sander, mais precisamente da coordenação do uso

simultâneo e alternativo das portas do sistema de Justiça (lato sensu); Pedro Rubim Borges Fortes sublinha o problema da falta de mecanismo efetivo de administração judicial dos débitos individuais homogêneos relativos à execução das decisões nos processos coletivos estruturantes, tal como exemplificado pelo caso do ‘dieselgate’, e recomenda a adoção de uma figura análoga ao special master para a administração e pagamento dos valores devidos aos lesados; Priscilla Pereira da Costa Correa enfrenta o delicado problema da litigiosidade repetitiva em conflitos de direito público no Judiciário brasileiro e problematiza a política judiciária de tratamento adequado dos conflitos instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); por fim, Sidney Rosa da Silva Junior analisa o papel da mediação nos conflitos ambientais e explora questões-chave como a baixa ressonância dos perigos ecológicos, a capacidade expansiva do conflito ambiental, as limitações funcionais do Direito e a alegada indisponibilidade do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de estabelecer diretrizes para um modelo de mediação eficaz que possa ser utilizado nos conflitos ambientais.

São todos, sem exceção, trabalhos que se propõem a pensar, de forma crítica, temas contemporâneos do acesso à justiça e do garantismo processual. Como o leitor perceberá, trata-se de um raro encontro entre a academia e o campo da práxis, encontro tornado possível em razão da exitosa assinatura de protocolo científico de cooperação, em janeiro de 2023, entre o PPGDIN-UFF/Direito e a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ).

Boas leituras!

Rogério Pacheco Alves

Fernando Gama de Miranda Netto

Sumário

Parte I

Acesso à Justiça e Direitos Fundamentais

O Papel do Ministério Público Estadual como *Amicus Curiae* nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade: um Estudo de Caso3

Inês Andreiuolo

Joana Fernandes Machado

Kafka: O Despertar da Ciência do Direito Processual.....35

Fernando Gama de Miranda Netto

Acesso à Justiça e Vulnerabilidades Jurídica e Linguística.....43

Guilherme Magalhães Martins

Guilherme Mucelin

Luana Mathias Souto

A Constitucionalização da Defensoria Pública e o Espírito Judicialista da Constituição de 198863

Bernard dos Reis Alô

Os Centros de Referência em Atendimento à Mulher: Ampliando Propostas para Pensar a Violência Doméstica a partir do Acesso à Justiça.....91

Isabela Maria dos Santos Kurtemback

**Justiça Administrativa no Brasil e as Prerrogativas Processuais da
Administração Pública na Perspectiva do Acesso à Justiça.....115**

Rogério Pacheco Alves

Felipe Ribeiro

Parte II

Acesso à Justiça, Tecnologia e Racismo

**Aspectos do Uso de Vídeo e de Tecnologias de Imagem como Provas e
Garantismo Processual.....157**

Alexandre Silva de Souza

**Pele Alva e Pele Alvo: Suspeição e Racismo Algorítmico no Reconhecimento
de Imagem.....175**

Jordan Anthoni Rosa

Judiciário e Racismo: Algoz ou Herói?.....199

Marcela do Amaral B. de Jesus Amado

**A Utilização da Inteligência Artificial pelo Poder Judiciário: Considerações
Hermenêuticas e Acesso à Justiça227**

**Plinio Lacerda Martins Luana Esteche Nunes Acesso à Justiça no Sistema
Judicial Digital: sobre as Assimetrias entre “Usuários Habituais” e “Usuários
Eventuais” no Brasil..... 249**

Robert Lee Segal

**Sistemas de Inteligência Artificial nos Tribunais Superiores do Brasil
.....281**

Simone de Oliveira Souza

Renato Cerceau

Parte III

Acesso à Justiça e Direito à Saúde A Justiciabilidade do Direito à Saúde na

**Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Ativismo Judicial: Análise da
Decisão do Caso Poblete Vilches vs. Chile305**

Fabrícia da Fonseca Passos Bittencourt Ordacgy

**Judicialização da Saúde e Patentes da Indústria Farmacêutica: uma História
Cruzada323**

Márcio Santoro Rocha

**Judicialização da Saúde: Saúde Pública e Medicamentos de Alto Custo
.....351**

Mariana Boechat da Costa

**Saúde Mental e Direitos Humanos: Verificação de Cumprimento da Sentença
Proferida no Caso “Ximenes vs. Brasil”383**

Renato Cerceau

Alcidesio de Oliveira Junior

Parte IV

Acesso à Justiça e Litígios Estruturais

Os Litígios Estruturais nas Portas do Sistema de Justiça411

Michelle Bruno Ribeiro

**O ‘Dieselgate’ e o Síndico da Massa Devida: da Necessidade de um
Administrador Judicial para a Responsabilização Coletiva431**

Pedro Rubim Borges Fortes

**Litigiosidade Repetitiva à Luz da Política Judiciária de Tratamento Adequado
de Conflitos.....457**

Priscilla Pereira da Costa Correa

A Função da Mediação Aplicada aos Conflitos Ambientais.....483

Sidney Rosa da Silva Junior